

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	VII
Apresentação	IX

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais	5
2 – Definição	6
3 – Natureza.	6
4 – Relações com outros ramos do Direito	7
5 – Objetivo	8
5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil	8

§ 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens	9
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia	9
8 – O processo civil romano	10
9 – Processo comum	11
10 – O processo civil moderno (fase científica)	12
11 – Direito processual civil brasileiro	13
12 – Regulamento nº 737	13
13 – Códigos estaduais	14
14 – Códigos unitários	14
15 – O novo código	15
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	16

§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais	17
17 – Lei processual	17
18 – A lei processual no tempo	18
19 – A lei processual no espaço.	19
20 – Interpretação das leis processuais	20

§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais	22
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal	22
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo.	23

24 – Princípio do contraditório	24
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição	25
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual	25
27 – Princípio da verdade real	26
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade	26
29 – Princípio da publicidade	27
30 – Princípio da economia processual	27
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão	28

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica	29
33 – Justiça privada e justiça pública	29
34 – Jurisdição	30
35 – Características da jurisdição	32
36 – Imparcialidade e disponibilidade	32
37 – Objetivo da jurisdição	33
38 – Princípios fundamentais	33
39 – Jurisdição civil	34
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	34
41 – Substitutivos da jurisdição	35
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva	36

§ 6º – Processo

42 – Conceito	39
43 – Processo e procedimento	40
44 – Autonomia do processo	40
45 – Espécies de processo	41
46 – Funções do processo	41
47 – Independência dos processos	42

§ 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça	43
49 – A ação: direito subjetivo à tutela jurisdicional	43
50 – Autonomia do direito de ação	44
51 – A evolução do conceito de ação	45
52 – Condições da ação	46
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação	47
54 – Pressupostos processuais	52
55 – Classificação das ações	54
55-a – Ação e pretensão	55
55-b – Ação e causa	56
55-c – Elementos identificadores da causa	56
56 – A defesa do réu	57
57 – Espécies de resposta	58

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo	59
--	----

59 – A relação processual	60
60 – Classificação dos elementos do processo	60
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais	62
62 – Direitos processuais	62
63 – Obrigações processuais	62
64 – Deveres processuais	62
65 – Ônus processuais	63

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes

66 – Partes	67
67 – Nomenclatura	68
68 – Substituição processual	68
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso)	69
70 – Capacidade processual	70
71 – Capacidade processual das pessoas casadas	71
72 – Curatela especial	72
73 – Representação das pessoas jurídicas	73
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação	74

§ 11 – Deveres das Partes e Procuradores

75 – Deveres	75
76 – Responsabilidade das partes por dano processual	76

§ 12 – Despesas e Multas

77 – Ônus financeiro do processo	78
78 – Antecipação das despesas	78
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo	79
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência	80
81 – Sucumbência recíproca	81
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	81
83 – Multas	82
84 – Honorários de advogados	82
85 – Cabimento dos honorários	83
86 – Inoperância da sucumbência	84
87 – Fixação dos honorários	84
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários	85
89 – Execução dos honorários	86
90 – Assistência judiciária	86

§ 13 – Advogados

91 – Capacidade de postulação	89
92 – O mandato judicial	89
93 – Direitos e deveres	90

§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores

94 – Substituição de parte	92
95 – Substituição do advogado	93

Capítulo V – Pluralidade de Partes

§ 15 – Litisconsórcio

96 – Pluralidade de partes	95
97 – Classificações	95
98 – Espécies de litisconsórcio	96
99 – Sistema do código	96
100 – Casos legais de litisconsórcio	96
101 – Litisconsórcio necessário.	98
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação	99
103 – Litisconsórcio facultativo recusável	99
104 – Posição de cada litisconsorte no processo	100
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais	101

§ 16 – Intervenção de Terceiros

106 – Conceito	102
107 – Classificações	102

§ 17 – Oposição

108 – Conceito	104
109 – Competência	105
110 – Procedimento.	105
111 – Julgamento da oposição	106

§ 18 – Nomeação à Autoria

112 – Conceito	108
113 – Pressuposto da nomeação à autoria	108
114 – Procedimento.	108

§ 19 – Denúnciação da Lide

115 – Conceito	111
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	112
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide	114
117 – Objetivo do incidente	115
118 – Legitimação	115
119 – Procedimento.	115
120 – Efeitos da denúnciação da lide.	116
121 – Denúnciações sucessivas	117

§ 20 – Chamamento ao Processo

122 – Conceito	120
123 – Casos de admissibilidade do incidente	120
124 – Procedimento.	121
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor.	122

§ 21 – Assistência

125 – Conceito	124
126 – Pressupostos da intervenção	124
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial	125
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	126
129 – Procedimento	126
130 – Poderes e ônus processuais do assistente	127
130-a – Assistência provocada	128
130-b – O recurso de terceiro prejudicado	128

Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público

131 – Conceito	131
132 – Funções	132
133 – Natureza	132
134 – Ministério Público como parte	133
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	133
136 – Ausência do Ministério Público no processo	134
137 – Órgãos do Ministério Público	134
138 – Princípios e garantias	135

Capítulo VII – Juízes

§ 23 – Competência

139 – Conceito	137
140 – Distribuição da competência	138
141 – Classificação da competência	138

§ 24 – Competência Internacional

142 – Noções gerais	139
143 – Espécies de competência internacional	139
144 – Competência concorrente e litispendência	140

§ 25 – Competência Interna

145 – Noções gerais	141
146 – Competência em matéria civil	142
147 – Competência da Justiça Federal	142
148 – Competência das Justiças Estaduais	143

§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna

149 – Generalidades	145
150 – Competência do foro e competência de Juiz	146
151 – Divisão da competência do foro	146
152 – Cumulatividade de juízos competentes	146
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	147

§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria

154 – Competência em razão do valor da causa	149
155 – Competência em razão da matéria	149

§ 28 – Competência Funcional

156 – Conceito	150
157 – Classificação	150

§ 29 – Competência Territorial

158 – Conceito	152
159 – Foro comum	152
160 – Foros subsidiários ou supletivos	153
161 – Foros especiais	153
162 – Ações reais imobiliárias	154
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência	154
164 – Foro da União e dos Territórios Federais	155
165 – Foros <i>ratione personae</i>	156
166 – Foro das pessoas jurídicas	157
166-a – Foro dos Estados e Municípios	157
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	158
168 – Foro de homologação do laudo arbitral	158

§ 30 – Modificações da Competência

169 – Competência absoluta e competência relativa	159
170 – Prorrogação da competência	160
171 – Prorrogação legal	160
172 – Efeito prático	162
173 – Prevenção	162
174 – Outros casos de prorrogação legal	163
175 – Conexão entre ação penal e ação civil	164
176 – Prorrogação voluntária	165
176-a – Derrogação dos foros especiais instituídos por leis de ordem pública	166

§ 31 – Declaração de Incompetência

177 – Verificação de competência	168
178 – Exceção de incompetência	168
179 – Incompetência absoluta	169

§ 32 – Conflito de Competência

180 – Noções gerais	170
181 – Procedimento do conflito	171
182 – Efeitos do conflito	171

Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

§ 33 – Organização Judiciária

183 – O Poder Judiciário Brasileiro	173
184 – Duplo grau de jurisdição	175
185 – Jurisdição extraordinária	175
186 – Competência	175
187 – Disciplina da magistratura	176

§ 34 – Órgãos Judiciários

188 – Juízes	177
------------------------	-----

189 – Requisitos de atuação do juiz	177
190 – Garantias da magistratura	178
191 – Poderes e deveres do juiz.	178
192 – Responsabilidade do juiz.	180
193 – Garantia de imparcialidade do juiz.	180
194 – Casuísimo legal	181
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido	181

§ 35 – Auxiliares da Justiça

196 – O juízo	183
197 – Escrivão	183
198 – Oficial de justiça	184
199 – Perito	185
200 – Depositário e administrador	186
201 – Intérprete	186
202 – Outros auxiliares eventuais.	187

Parte III – Atos Processuais

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais

203 – Conceito	191
204 – Agentes	192
205 – Atos do processo e atos do procedimento	192
206 – Classificação dos atos processuais	193
207 – Forma dos atos processuais	194
208 – Publicidade	195
209 – Meios de expressão.	195
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados.	196

§ 37 – Atos da Parte

210 – Conceito e classificação	197
211 – Eficácia dos atos das partes	198
212 – Petições e autos suplementares.	198
213 – Cotas marginais e lineares nos autos.	198

§ 38 – Atos do Juiz

214 – Atividade processual do juiz	200
215 – Atos decisórios	200
216 – Definições legais	201
217 – Decisão interlocutória	201
218 – Despachos	202
219 – Sentença	202
220 – Atos não decisórios.	203
221 – Forma dos atos decisórios	204

§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

222 – Documentação e comunicação dos atos processuais.	205
223 – Autuação	206

224 – Termos processuais	206
225 – Forma dos termos	207

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais

226 – O tempo	209
227 – Feriados e férias forenses	210
228 – O lugar	211

§ 41 – Prazos

229 – Disposições gerais	213
230 – Classificação	214
231 – Natureza dos prazos	214
232 – O curso dos prazos	215
233 – Contagem dos prazos: termo inicial	216
234 – Prazos para recurso	218
235 – Termo final	218
236 – Preclusão	219
237 – Prazos para as partes	219
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares	220
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública	221
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários	221
241 – Inobservância de prazo da parte	221
242 – Inobservância dos prazos do juiz	222

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo

243 – Intercâmbio processual	223
244 – Forma dos atos de comunicação	223
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo	224
246 – Requisitos das cartas	224
247 – Cumprimento das cartas	224
248 – Cartas urgentes	225
249 – Custas nas cartas	225
250 – Cartas rogatórias	226

§ 43 – Citação

251 – Conceito	227
252 – Suprimento da citação	227
253 – Destinatário da citação inicial	228
254 – Local da citação	229
255 – Impedimento legal de realização da citação	229
256 – Modos de realizar a citação	229
257 – Citação, por oficial de justiça	230
258 – Citação com hora certa	231
259 – Citação pelo Correio	232
260 – Citação por edital	233
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital	234

262 – Efeitos da citação	235
263 – Prevenção	235
264 – Litispendência	235
265 – Litigiosidade	236
266 – Mora	236
267 – Prescrição	236
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição	236

§ 44 – Intimações

269 – Conceito	238
270 – Forma	238
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça	239
272 – Aperfeiçoamento da intimação	240
273 – Intimação em audiência	241
274 – Intimação por edital ou com hora certa	242
275 – Efeitos da intimação	242

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa

276 – Noções introdutórias	243
277 – Registro	243
278 – Distribuição	243
279 – Distribuição por dependência	244
280 – Valor da causa	245
281 – Impugnação ao valor da causa	246

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade

282 – Conceito	249
283 – Espécies de vícios do ato processual	249
284 – Atos inexistentes	250
285 – Atos absolutamente nulos	250
286 – Atos relativamente nulos	251
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual	251
288 – Sistema de nulidade do Código	252
289 – Nulidades cominadas pelo Código	253
290 – Nulidades da citação e intimação	254
291 – Arguição das nulidades	254
292 – Momento da arguição	254
293 – Decretação de nulidade	255
294 – Efeitos da decretação	255

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução

295 – Noções gerais	259
-------------------------------	-----

§ 48 – Formação do Processo

296 – O processo	260
297 – Sujeitos da relação jurídica processual.	260
298 – Início do processo	262
299 – Formação gradual da relação processual.	262
300 – Estabilização do processo	263
301 – Alteração do pedido	263
302 – Alterações subjetivas.	264

§ 49 – Suspensão do Processo

303 – Conceito	265
304 – Os casos de suspensão do processo	265
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	266
306 – Suspensão por convenção das partes.	267
307 – Suspensão em razão de exceção	268
308 – Suspensão por prejudicialidade	268
309 – Prejudicialidade e conexão.	269
310 – Suspensão por motivo de força maior	270
311 – Outros casos legais de suspensão	270
312 – Férias e suspensão do processo	270

§ 50 – Extinção do Processo (I)

313 – Encerramento da relação processual	272
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito	272
315 – Indeferimento da inicial	273
316 – Abandono da causa.	273
317 – Ausência de pressupostos processuais	274
318 – Perempção	275
319 – Litispendência e coisa julgada	275
320 – Condições da ação	276
321 – Convenção de arbitragem	277
322 – Desistência da ação.	277
323 – Intransmissibilidade da ação	278
324 – Confusão entre autor e réu	278
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito	279
326 – Iniciativa da extinção do processo	279
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.	279

§ 51 – Extinção do Processo (II)

327 – Extinção do processo com julgamento do mérito	281
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido	282
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu	282
330 – Transação.	283
330-a – Retratação e rescisão de transação	283
331 – Prescrição e decadência	284
332 – Renúncia ao direito.	285

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição

333 – Processo	291
334 – Procedimento.	291
335 – Procedimentos no processo de cognição.	292
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	293
337 – Esquema do procedimento ordinário.	293
338 – Fases do procedimento ordinário.	294
339 – Fase postulatória	294
340 – Fase saneadora	294
341 – Fase instrutória	295
342 – Fase decisória	295
342-a – Adequação do Procedimento.	295

§ 53 – Procedimento sumário

343 – Causas de rito sumário	298
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	299
344 – Outras causas de procedimento sumário	301
345 – Indisponibilidade do rito sumário	301
346 – O procedimento	302
347 – A petição inicial e seu despacho	303
348 – A citação e a resposta do réu.	304
349 – Audiência de conciliação.	305
349-a – Audiência de instrução e julgamento	307
350 – Revelia	307
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência.	308
352 – Direito intertemporal	308

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial

353 – Petição inicial	313
354 – Requisitos da petição inicial	314
355 – Despacho da petição inicial	315
356 – Casos de indeferimento da petição inicial	316
357 – Extensão do indeferimento.	317
358 – Efeitos do despacho da petição inicial	317

§ 55 – O Pedido

359 – Petição inicial	318
360 – Pedido	318
361 – Requisitos do pedido	319
362 – Pedido concludente.	319
363 – Pedido genérico	319

364 – Pedido cominatório	320
365 – Pedido alternativo	321
366 – Pedidos sucessivos	321
367 – Pedido de prestações periódicas	322
368 – Pedido de prestação indivisível	322
369 – Pedidos cumulados	322
370 – Espécies de cumulação de pedido	323
371 – Interpretação do pedido	323
372 – Aditamento do pedido	324
372-a – Modificação do pedido	325
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento	325

§ 56 – A Resposta do Réu

373 – A defesa do réu	329
374 – A resposta do réu	329
375 – Espécies de defesa	330
376 – Defesa processual	330
377 – Defesa de mérito	331
378 – Reconvenção	332
379 – Síntese	332

§ 57 – Contestação

380 – Conceito	333
381 – Conteúdo e forma da contestação	334
382 – Ônus da defesa especificada	334
383 – Preliminares da contestação	335
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	337
385 – Réplica ou impugnação do autor	337

§ 58 – Exceções

386 – Conceito	338
387 – Prazo	339
388 – Efeito da exceção	339
389 – Exceção de incompetência. Cabimento	340
390 – Procedimento	340
391 – Exceções de impedimento e de suspeição	340

§ 59 – Reconvenção

392 – Conceito	344
393 – Pressupostos da reconvenção	344
394 – Procedimento	347
395 – Extinção do processo principal	348

§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido

396 – Revelia	349
397 – Os efeitos da revelia	350
398 – Alteração do pedido	351
399 – Reconhecimento da procedência do pedido	351

Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares

400 – Conceito	353
401 – Réplica do autor	354
402 – Revelia e provas	354
403 – Intervenção do Ministério Público	355
404 – Ação declaratória incidental	355
405 – Outras providências preliminares	357

§ 62 – Julgamento Conforme o Estado do Processo

406 – Conceito	358
407 – Extinção do processo	359
408 – Julgamento antecipado da lide	360
408-a – Audiência de conciliação	360

§ 63 – Saneamento do Processo

409 – Despacho saneador	363
410 – Cabimento	363
411 – Conteúdo	364
412 – Efeito preclusivo	365
413 – Formas do despacho saneador	365

Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova

414 – Conceito	367
415 – Características da prova	368
416 – Objeto da prova	368
417 – Finalidade e destinatário da prova	370
418 – Valoração da prova	370
419 – O sistema do Código	371
420 – Poder de instrução do juiz	372
421 – Ônus da prova	373
422 – Sistema legal do ônus da prova	374
423 – Convenção sobre ônus da prova	375
424 – Meios de prova	375
425 – Procedimento probatório	376
426 – Instrução através de carta	377
427 – Dever de colaboração com a Justiça	377

§ 65 – Depoimento Pessoal

428 – Conceito	379
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	379
430 – Legitimação para o depoimento	380
431 – Objeto do depoimento pessoal	380
432 – Procedimento	380

§ 66 – Confissão

433 – Conceito	382
434 – Requisitos da confissão	382
435 – Classificações	383
436 – Efeitos da confissão	383
437 – Indivisibilidade da confissão	384
438 – Valor da confissão extrajudicial	385

§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa

439 – Conceito	386
440 – Oportunidade da medida	386
441 – Legitimação	386
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte	387
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro	388

§ 68 – Prova Documental

444 – Conceito	393
445 – Força probante dos documentos	394
446 – Documentos públicos	394
447 – Documentos particulares	396
448 – Valor probante do documento particular	397
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos	398
450 – Livros comerciais	399
451 – Reprodução de documentos particulares	399
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	400
453 – Documentos viciados em sua forma	401
454 – Falsidade documental	401
455 – Espécies de falsidade	402
456 – Ônus da prova	403
457 – O incidente de falsidade	404
458 – Procedimento do incidente de falsidade	404
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade	406
459 – Produção da prova documental	406
460 – Desentranhamento de documentos	408

§ 69 – Prova Testemunhal

461 – Conceito	410
462 – Valor probante das testemunhas	411
463 – Direitos e deveres da testemunha	413
464 – A produção da prova testemunhal	415

§ 70 – Prova Pericial

465 – Conceito	420
466 – Admissibilidade da perícia	421
467 – O perito	422
468 – O procedimento da prova pericial	423
469 – Valor probante da perícia	425
470 – Nova perícia	426

§ 71 – Inspeção Judicial

471 – Conceito	427
472 – Procedimento	427

§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento

473 – Audiência	429
474 – Características da audiência	429
475 – Atos preparatórios	431
476 – Adiamento da audiência	431
477 – Antecipação de audiência	433
478 – Conciliação	433
479 – Procedimento da conciliação	435
480 – Instrução e julgamento	435
481 – Documentação da audiência	437

Capítulo XIX – Fase Decisória**§ 73 – Noções Introdutórias**

482 – Conceito de processo	439
483 – Conteúdo e finalidade do processo	440

§ 74 – Sentença

484 – Definição legal e classificação doutrinária	441
485 – Natureza da sentença definitiva	442
486 – Função da sentença definitiva	443
486-a – Função da sentença terminativa	444

§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença

487 – Conteúdo da sentença	445
488 – Relatório	445
489 – Motivação	446
490 – Dispositivo da sentença	447
491 – Condições formais da sentença	447
492 – Clareza	448
493 – Precisão	448
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	449
494 – Publicação e intimação da sentença	450
495 – Efeitos da publicação	452
496 – Correção e integração da sentença	452
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita, citra petita e extra petita</i>	453

§ 76 – Classificação das Sentenças

497 – Classificações	455
498 – Sentenças declaratórias	456
499 – Sentenças condenatórias	456
500 – Sentença constitutiva	457
501 – Momento de eficácia da sentença	457
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença	458

§ 77 – Efeitos da Sentença

503 – Conceito	459
504 – Entrega da prestação jurisdicional	459
505 – Hipoteca judiciária	460
506 – Outros efeitos secundários da sentença	460

§ 78 – Coisa Julgada

507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código	462
508 – Coisa julgada formal e material	463
508-a – Terminologia do julgamento de mérito	465
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada	466
510 – Arguição da coisa julgada	466
511 – Preclusão	467

§ 79 – Limites da Coisa Julgada

512 – Limites objetivos	470
513 – Motivos da sentença	471
514 – Verdade dos fatos	473
515 – Questões prejudiciais	473
516 – Questões implicitamente resolvidas	474
517 – Duplo grau de jurisdição	475
518 – Limites subjetivos	476
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas	478
519 – Causas de estado	480
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejugamentos	480
520-a – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	481
521 – Execução forçada e coisa julgada	483

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos

522 – Conceito	487
523 – Fundamento do direito de recurso	488
524 – Atos sujeitos a recurso	488
525 – Recursos admissíveis	489
526 – Correição parcial	490

§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos

527 – Duplo grau de jurisdição	492
528 – Legitimação para recorrer	492
528-a – Particularidades do recurso de terceiro	493
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer	494
530 – Pressupostos objetivos do recurso	494
531 – Recorribilidade da decisão	494
532 – Tempestividade	494
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	496
534 – Singularidade do recurso	496
535 – Adequação do recurso	497

536 – Preparo	498
537 – Motivação e forma	498
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos	499
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença	499
540 – Recurso adesivo	500
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	501

§ 82 – A Apelação

541 – Conceito	503
542 – Interposição da apelação	504
543 – Efeitos da apelação	505
544 – Recebimento da apelação	507
545 – Deserção	508
546 – Prazo para interposição da apelação	509
547 – Julgamento em segunda instância	510

§ 83 – Agravo

548 – Conceito	512
549 – Espécies de agravo	513
550 – Agravo retido	513
550-a – Agravo posterior à apelação	515
550-b – Agravo retido no procedimento sumário	515
551 – Agravo de instrumento	515
552 – Efeitos do agravo de instrumento	516
553 – Processamento do agravo de instrumento	517
554 – O contraditório	519
554-a – Outras observações sobre o novo regime do agravo de instrumento	519

§ 84 – Embargos Infringentes

555 – Conceito	522
556 – Processamento	523
557 – Embargos adesivos	524
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes	524

§ 85 – Embargos de Declaração

558 – Conceito	526
559 – Pressupostos dos embargos de declaração	526
560 – Procedimento	527
561 – Efeito interruptivo	527
562 – Embargos manifestamente protelatórios	528

§ 86 – O Recurso de Revista e a Uniformização da Jurisprudência

563 – Recurso de revista	531
564 – Uniformização da jurisprudência	531
565 – Pressupostos do incidente	531
566 – Legitimação para a provocação do incidente	532
567 – Apreciação do incidente	532
568 – Súmula jurisprudencial	533

§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça

569 – Intróito	535
--------------------------	-----

570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	536
571 – Recurso extraordinário	536
572 – Pressupostos do recurso extraordinário	537
573 – Função do recurso extraordinário	538
574 – Efeitos do recurso extraordinário	538
575 – Processamento do recurso extraordinário	539
576 – Poderes do Relator	540
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	541
576-b – Recurso especial	541
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial	545
576-d – Relevância da questão federal	545
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça	546
576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal	546
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ	547
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido	548

§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos

577 – Posição do novo Código	551
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	551

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais

579 – Duplo grau de jurisdição	555
580 – Competência dos tribunais	555
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	556
582 – Casos de competência originária dos tribunais.	556
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	558
584 – O funcionamento dos tribunais.	559
585 – O sistema de julgamento dos tribunais.	560

§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira

586 – A eficácia da sentença estrangeira	563
587 – O sistema nacional	563
588 – A homologação da sentença estrangeira	564
589 – Naturcza da decisão homologatória	564
590 – O procedimento	565
591 – A execução	566

§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade

592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	567
593 – Regulamentação legal	567
594 – O incidente de argüição de inconstitucionalidade nos tribunais	568
595 – Objeto da argüição de inconstitucionalidade.	568
596 – Iniciativa de argüição.	568
597 – Momento da argüição	569
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	569
599 – O julgamento da argüição	569

§ 92 – Ação Rescisória

600 – Conceito	572
601 – Pressupostos	574
602 – Casos de admissibilidade da rescisória.	576
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	577
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II).	577
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III)	578
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	579
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)	579
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	579
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI)	580
610 – Documento novo (art. 485, VII)	581
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII)	582
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	582
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	583
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso	584
614 – Legitimação	585
615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	586
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa	587
617 – A execução da sentença rescindenda.	588
618 – Indeferimento da inicial	588
619 – Procedimento.	588
620 – Natureza e conteúdo da decisão	589
621 – Rescisória de rescisória	590
622 – Prazo de propositura da ação rescisória	591
623 – Sentença nula de pleno direito	592
<i>Bibliografia</i>	597
<i>Índice Onomástico</i>	603
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	605
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	623

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	V
---------------	---

PARTE IX – PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo XXII – Princípios Gerais

§ 93	– Execução Forçada	
624	– O Processo judicial	3
625	– Processo de conhecimento e processo de execução	3
626	– Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	4
627	– Visão unitária da jurisdição	5
628	– Realização da sanção: fim da execução forçada	6
629	– Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	6
630	– Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	7
631	– Meios de execução	8
632	– Autonomia do processo de execução	8
§ 94	– Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
633	– Princípios informativos do processo de execução	10
634	– Toda execução é real	11
635	– A execução tende apenas à satisfação do direito do credor	11
636	– Princípio da utilidade da execução	11
637	– Princípio da economia da execução	12
638	– Princípio da especificidade da execução	12
639	– Princípio dos ônus da execução	12
640	– Princípio do respeito à dignidade humana	12
641	– Princípio da disponibilidade da execução	13
641-a	– Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	14
§ 95	– Formas de Execução e Atos de Execução	
642	– As várias formas de execução	16
643	– Execução singular e execução coletiva	16
644	– Atos de execução	17
645	– Relação processual executiva	18
§ 96	– Execução Provisória e Definitiva	
646	– Conceito	20
647	– Fundamentos da execução provisória	20
648	– Execução embargada de título extrajudicial	21
649	– Situação do tema no Código	21
650	– Princípios básicos da execução provisória	22
§ 97	– Procedimento	
651	– Procedimento da execução forçada	24

§ 98 – Disposições Gerais	
652 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento	25
653 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça	25

Capítulo XXIII – Requisitos para Realizar Qualquer Execução

§ 99 – Pressupostos da Execução Forçada	
654 – Pressupostos processuais e condições da ação	27
655 – O título executivo	28
656 – Função do título executivo	28
657 – Efeito prático do título executivo	29
658 – Requisitos do título executivo: liquidez, certeza e exigibilidade	30
659 – Formas dos títulos executivos	31
660 – O inadimplemento do devedor	32
661 – O inadimplemento em contrato bilateral	33

Capítulo XXIV – A Relação Processual e seus Elementos

§ 100 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução	
662 – Elementos do processo executivo	35

Capítulo XXV – Elementos Subjetivos (I)

§ 101 – Partes. Legitimação Ativa	
663 – Nomenclatura	37
664 – Legitimação ativa	37
665 – Legitimação ativa originária do credor	38
666 – Legitimação extraordinária do Ministério Público	38
667 – Legitimação ativa derivada ou superveniente	38
668 – Espólio	39
669 – Herdeiros e sucessores	40
670 – Cessionário	40
671 – Sub-rogado	41
672 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	42
673 – Terceiros interessados	42
§ 102 – Legitimação Passiva	
674 – Legitimação passiva	43
675 – Dívida e responsabilidade	43
676 – O devedor	45
677 – Espólio e sucessores	45
678 – O novo devedor	46
679 – Fiador judicial	47
680 – Fiador extrajudicial	48
681 – Responsável tributário	49
682 – Revelia do devedor e curador especial	51
§ 103 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	
683 – Litisconsórcio	52
684 – Assistência	53
685 – Denúnciação da lide	53
686 – Chamamento ao processo	54
§ 104 – Execução por Iniciativa do Próprio Devedor	
687 – O direito à liberação	57

688 – Natureza do procedimento	57
689 – Cabimento da medida	58
690 – Procedimento	58
§ 105 – Processo Cumulativo	
691 – Cumulação de execuções	59

Capítulo XXVI – Elementos Subjetivos (II)

§ 106 – O Órgão Judicial	
692 – Juízo competente para a execução	61
693 – Execução de sentença	61
694 – Competência para execução civil de sentença penal	62
695 – Competência para execução de títulos extrajudiciais	63
696 – Competência para a execução fiscal	63
697 – Competência internacional	64
698 – Competência para deliberação sobre os atos executivos	64

Capítulo XXVII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 107 – Títulos Executivos Judiciais	
699 – Títulos executivos judiciais. Enumeração legal	67
700 – Sentença condenatória civil	68
701 – Sentenças de indenização de ato ilícito: pensionamento	69
702 – Sentença penal condenatória	71
703 – Sentença homologatória	72
703-a – Sentença arbitral	73
704 – Sentença estrangeira	73
705 – O formal e a certidão de partilha	74
§ 108 – Particularidade de Alguns Títulos Executivos Judiciais	
706 – Condenação a prestações alternativas	75
707 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	75
708 – Requisito de admissibilidade da execução de sentença condicional ou a termo	77

Capítulo XXVIII – Título Judicial Ilíquido

§ 109 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
709 – Sentença ilíquida	79
710 – Execução de sentença ilíquida	79
711 – Casos de iliquidez da sentença	80
712 – Natureza jurídica da liquidação da sentença	80
713 – Limites da liquidação	81
714 – Contraditório	82
715 – Liqueidez parcial da sentença	82
716 – Liquidação por iniciativa do vencido	83
717 – Recursos	83
718 – Liquidação frustrada	84
§ 110 – Procedimento da Liquidação	
719 – Procedimentos	85
720 – Liquidação por cálculo	85
721 – Liquidação por arbitramento	86
722 – Liquidação por artigos	87
722-a – A indisponibilidade do rito da liquidação	88
723 – Rescisão da sentença liquidatória	89

Capítulo XXIX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 111 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exequíveis	93
§ 112 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade.	94
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	95
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução.	95
728 – Responsabilidade executiva secundária	96
729 – Excussão de bens do sucessor singular.	96
730 – Excussão de bens do sócio	97
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	98
732 – Bens do devedor em poder de terceiros	98
733 – Excussão de bens do devedor casado: tutela da meação	99
734 – Bens alienados em fraude de execução.	100
735 – Casos de fraude de execução	101
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor.	102
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção	104
738 – Excussão de bens do fiador	105
739 – Bens de espólio	105

Capítulo XXX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (III)

§ 113 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva	107
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	108
§ 114 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	109
743 – Títulos cambiários e cambiariformes.	110
744 – Duplicatas	111
745 – Responsáveis cambiários	111
746 – Documento público ou particular.	111
747 – Confissões de dívida.	112
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução.	113
749 – Classificação das garantias	115
750 – Seguros.	116
751 – Rendas imobiliárias	116
752 – Encargo de condomínio	116
753 – Custas judiciais	118
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública	118
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título.	120
756 – Títulos executivos definidos em outras leis	121
757 – Títulos estrangeiros	121

Parte X – DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

Capítulo XXXI – Disposições Gerais

§ 115 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil	125
759 – Direito de preferência gerado pela penhora	125
760 – A documentação da petição inicial	127
761 – Outras providências a cargo do credor	128

762 – Obrigações alternativas	128
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto	128
764 – Medidas acautelatórias	129
765 – Dívida sujeita a contraprestação	129
766 – Petição inicial incompleta ou mal-instruída	129
767 – Execução e prescrição	130
768 – Nulidades no processo de execução	131
769 – Imperfeição do título executivo	131
770 – Falta de título executivo	131
771 – Nulidade da execução fiscal	132
772 – Vício da citação	133
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo	133
774 – A arguição das nulidades	134
775 – A arrematação de bem gravado com direito real	134
776 – Execução realizável por vários meios	135

Capítulo XXXII – Execução para Entrega de Coisa

§ 116 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Dar

777 – Conceito	137
778 – Entrega de coisa certa	138
779 – Procedimento	138
780 – Efeito dos embargos	139
781 – Alienação da coisa devida	139
782 – Execução da obrigação substitutiva	140
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção	140
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas “lato sensu”	141
785 – Execução para entrega de coisa incerta	141

Capítulo XXXIII – Execução das Obrigações de Fazer e Não-fazer

§ 117 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não-Fazer

786 – O problema da execução das prestações de fato	145
787 – Fungibilidade das prestações	146
788 – “Astreinte”: a multa como meio de coação	146
789 – Distinções preliminares	147
790 – Princípios comuns	147
791 – Execução das prestações fungíveis	148
792 – Realização da prestação fungível por terceiro	149
793 – Inadimplência do terceiro arrematante	150
794 – Realização da prestação pelo próprio credor	150
795 – Execução das prestações infungíveis	151
796 – Execução das prestações de declaração de vontade	151
797 – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	152
798 – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	153
799 – Natureza jurídica da sentença	154
800 – Execução das obrigações de não-fazer	154
800-a – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	155

Capítulo XXXIV – Execução por Quantia Certa

§ 118 – Noções Gerais

801 – O objetivo da execução por quantia certa	159
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	160
803 – Espécies	161

Capítulo XXXV – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 119 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente	163
805 – Proposição	164
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado	165

Capítulo XXXVI – Fase de Instrução (I)

§ 120 – Penhora	
807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	167
808 – Natureza jurídica da penhora	168
809 – Função da penhora.	169
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	171
811 – Inscrição da penhora que recai sobre imóvel	173
812 – Inscrição da penhora de imóvel em face da Lei dos Registros Públicos	173
§ 121 – Objeto da Penhora	
813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis.	176
814 – Bens absolutamente impenhoráveis	177
814-a – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família.	179
815 – Bens relativamente impenhoráveis.	180
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil.	181
817 – Limites da penhora	183
818 – Escolha dos bens a penhorar	183
819 – Gradação legal da nomeação de bens à penhora e outras exigências da lei a serem cumpridas pelo devedor	184
820 – Nomeação de bens pelo credor	185
821 – Bens fora da comarca	186
§ 122 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora pelo oficial de justiça	187
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	188
824 – Auto de penhora e depósito e penhora por termo do escrivão	188
825 – Intimação de penhora	189
§ 123 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens	190
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	190
828 – Penhora de direitos e ações	190
829 – Penhora sobre créditos do executado.	191
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado.	191
831 – Penhora no rosto dos autos	192
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	192
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos.	193
834 – Empresas concessionárias ou permissórias de serviço público	193
835 – Penhora de navio ou aeronave	194
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	194
§ 124 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora	195
838 – Remição da execução por quantia certa	196
§ 125 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados	

839 – Depósito dos bens penhorados	197
840 – Escolha do depositário	197
841 – Função do depositário	198
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados	198
843 – Depositário comum e depositário administrador	199
844 – Responsabilidade do depositário	199
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva	199
846 – Prisão civil do depositário judicial	200

Capítulo XXXVII – Fase de Instrução (II)

§ 126 – Expropriação	
847 – Conceito	201
§ 127 – Arrematação	
848 – Conceito e natureza jurídica da arrematação	202
849 – Avaliação	202
850 – Laudo de avaliação	203
851 – Reflexos da avaliação sobre a alienação forçada dos bens penhorados	204
852 – Espécies de arrematação	204
853 – Leilão e praça	205
854 – Editais e outras divulgações da arrematação	206
855 – Intimação do devedor	207
855-a – Outras intimações	207
856 – Adiamento da arrematação	208
857 – A hasta pública	208
858 – Legitimação para arrematar	209
859 – Forma de pagamento da arrematação	210
860 – Auto de arrematação	210
861 – Arrematação de imóveis	211
862 – Desfazimento ou retratação da arrematação	212
863 – Carta de arrematação	214
864 – Efeitos da arrematação	215
865 – Evicção e arrematação	216
866 – Vícios redibitórios	217
867 – Ação anulatória da arrematação	217
§ 128 – Remição	
868 – Remição de bens	219
869 – Remição de bens e remição da execução	219
870 – Mecanismo da remição de bens	220
871 – Bens passíveis de remição	220
872 – Legitimação	220
873 – Oportunidade	221
874 – Preço	222
875 – Sentença de remição	222
876 – Carta de remição	222

Capítulo XXXVIII – Fase de Satisfação

§ 129 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor	223
§ 130 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro	224

879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução	224
880 – Procedimento do concurso particular	225
§ 131 – Pagamento por Adjudicação de Bens	
881 – Adjudicação	227
882 – Pressuposto da adjudicação	228
883 – Multiplicidade de pretendentes à adjudicação	228
884 – Depósito do preço da adjudicação	229
885 – Sentença e carta de adjudicação	229
§ 132 – Pagamento por Usufruto Forçado	
886 – Usufruto de imóvel ou empresa	231
887 – Usufruto forçado de empresa	233

Capítulo XXXIX – Execução contra a Fazenda Pública

§ 133 – Procedimento Especial da Execução por Quantia certa contra o Poder Público	
888 – Execução forçada contra a Fazenda Pública	237
889 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	238
890 – Execução de obrigação de dar	240

Capítulo XL – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 134 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia	241
892 – Averbação em folha de pagamento	241
893 – Prisão civil do devedor	242
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos	243
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733)	244

Parte XI – OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO FORÇADA

Capítulo XLI – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 135 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução	247
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução	248
898 – Classificação dos embargos do devedor	248
899 – Legitimação	249
900 – Autonomia dos embargos de cada co-executado	250
901 – Competência	251
902 – Generalidades sobre o processamento dos embargos	252
903 – Segurança do juízo como condição da ação de embargos do devedor	253
904 – Prazo para propositura dos embargos do devedor	253
905 – Rejeição liminar dos embargos	255
906 – Procedimento	255
907 – Revelia nos embargos	256
908 – Efeito suspensivo dos embargos	256
909 – Embargos à execução de sentença	257
910 – Embargos de retenção por benfeitorias	260
911 – Embargos à execução fundada em título extrajudicial	261
912 – Autonomia da ação de embargos do devedor	262
913 – Embargos à arrematação e à adjudicação	263
913-a – Exceção de pré-executividade	263
§ 136 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito	266
915 – Legitimação ativa	266

916 – Legitimação passiva	267
917 – Valor da causa	267
918 – Competência	268
919 – Oportunidade	268
920 – Julgamento e recurso	268
921 – Procedimento	269
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	269
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro	270

Parte XII – INSOLVÊNCIA CIVIL

Capítulo XLII – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 137 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular	273
925 – Pressupostos da execução coletiva	274
926 – Efeitos da declaração de insolvência	276
927 – Característica da execução coletiva	277
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	278
§ 138 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	279
930 – Caracterização da insolvência	280
§ 139 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação	282
932 – Insolvência requerida pelo credor	283
933 – Caráter facultativo da ação concursal	284
934 – Insolvência de cônjuges	284
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor.	285
§ 140 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor.	286
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	287
§ 141 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência	291
§ 142 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência	292
§ 143 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa.	294
941 – Atribuições do administrador	295
§ 144 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos	297
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo	298
944 – Quadro geral de credores	299
§ 145 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores	301
946 – Encerramento e suspensão do processo	302
947 – Saldo devedor	303
948 – Extinção das obrigações.	303
§ 146 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil	306

950 – Pensão para o devedor.	306
951 – Insolvência de pessoas jurídicas	307

Parte XIII – CRISES DA EXECUÇÃO E SISTEMA RECURSAL

Capítulo XLIII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 147 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução	313
953 – Casos de suspensão	314
954 – Suspensão provocada por embargos	314
955 – Suspensão prevista no art. 265, n ^{os} I a III	314
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	315
957 – Efeitos da suspensão.	315
958 – Extinção da execução	316
959 – Extinção por satisfação do direito do credor.	316
960 – Extinção por remissão da dívida	316
961 – Extinção por renúncia	317
962 – Outros casos de extinção da execução	317
963 – Sentença de extinção	318
964 – Coisa julgada.	318
§ 148 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução.	320
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	320
967 – Casos de cabimento da apelação	321
968 – Casos de agravo de instrumento	321
969 – Efeitos dos recursos	322
970 – Causas de alçada.	323

Parte XIV – PROCESSO CAUTELAR

Capítulo XLIV – Noções Gerais

§ 149 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo	327
972 – Processo principal e processo cautelar.	328
973 – A ação cautelar.	329
974 – Medidas cautelares	329
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade	330
976 – Provisoriedade	331
977 – Revogabilidade	332
978 – Autonomia	332
979 – Classificação das medidas cautelares	333
980 – Classificação do direito positivo	334
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil	336
982 – Medidas cautelares contenciosas e não-contenciosas	337
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória	337
§ 150 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar	339
984 – O “fumus boni iuris”	339
985 – “Periculum in mora”.	340

986 – Oportunidade da providência cautelar	341
987 – Tutela cautelar “ex officio”	342
988 – Caráter incidental da medida cautelar “ex officio”	343
§ 151 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas	344
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	345
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	345
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas	346
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica	346
994 – Opção entre medida típica e medida atípica	347
995 – Aplicação prática de medidas atípicas	348
996 – Limites do poder geral de cautela	348

Capítulo XLV – Relação Processual Cautelar

§ 152 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade	353
998 – Competência	354
999 – Competência e prevenção do juízo	354
1.000 – Competência cautelar em grau recursal	355
1.000-a – Intervenção de terceiros	356
§ 153 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar	358
1.002 – Provas	358
1.003 – Instrução do processo cautelar	359
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar	360

Capítulo XLVI – Procedimento

§ 154 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar	361
1.006 – Procedimentos cautelares	362
1.007 – Autuação própria	362
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares	363
1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual	364
§ 155 – Petição Inicial da Ação Cautelar	
1.010 – Petição inicial	365
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária	366
1.012 – Lide e seu fundamento	366
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão	367
1.014 – Provas a produzir	368
1.015 – O pedido	368
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido	368
§ 156 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento	
1.017 – A defesa do requerido	370
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção	370
1.019 – Revelia	371
1.020 – Audiência de instrução e julgamento	371
§ 157 – Medida Liminar e Contracautela	
1.021 – Medida cautelar “inaudita altera parte”	373
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar	374
1.023 – Contracautela	375

Capítulo XLVII – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 158 – Sentença Cautelar	
1.024 – Julgamento da pretensão cautelar	377
1.025 – Coisa julgada	377
1.026 – Limites da sentença	378
1.027 – Fundamentação	378
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios	378
§ 159 – Execução das Medidas Cautelares	
1.029 – Execução em matéria cautelar	381
1.030 – Figura unitária do processo cautelar	381
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução	382
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar	382

Capítulo XLVIII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 160 – Fungibilidade	
1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares	385
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar	385
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva	386
1.036 – Procedimento	386
§ 161 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo	
1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar	388
1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal	388
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal	389
1.040 – Conclusão	389
1.041 – Suspensão do processo	390
§ 162 – Extinção da Medida Cautelar	
1.042 – Formas de extinção da medida cautelar	391
1.043 – Processamento da extinção	391
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia	392
§ 163 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar	
1.045 – Modificabilidade e revogabilidade	393
1.046 – Procedimento	394
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar	394

Capítulo XLIX – Recursos no Processo Cautelar

§ 164 – Remédios Recursais	
1.048 – Apelação	395
1.049 – Agravo de instrumento	395
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial	396

Capítulo L – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

§ 165 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar	
1.051 – Responsabilidade civil do promovente	397
1.052 – Liquidação e execução da indenização	398

Parte XV – MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS OU NOMINADAS

Capítulo LI – Procedimentos Cautelares Específicos

§ 166 – Arresto	
-----------------	--

1.053 – Conceito	401
1.054 – Arresto e seqüestro	402
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto	402
1.056 – Prova de dívida líquida e certa	402
1.057 – Fundado receio de dano	403
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto.	404
1.059 – Prova documental	404
1.060 – Justificação prévia	404
1.061 – Caução	405
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente	405
1.063 – Bens arrestáveis	406
1.064 – Legitimação para a ação de arresto	407
1.065 – Competência	407
1.066 – Procedimento	407
1.067 – Execução do arresto	408
1.068 – Depositário	409
1.069 – Suspensão da execução do arresto	409
1.070 – Efeitos do arresto	410
1.071 – Extinção do arresto	410
§ 167 – Seqüestro	
1.072 – Conceito	413
1.073 – Ação de seqüestro	413
1.074 – Procedimento	414
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro.	414
1.076 – Cabimento do seqüestro.	414
1.077 – Objeto do seqüestro	415
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro	415
1.079 – Casuísmo legal.	416
1.080 – Receio de rixas e danificações	417
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando	418
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais	418
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro	418
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro	419
§ 168 – Caução	
1.085 – Conceito	422
1.086 – Classificação	422
1.087 – Cauções legais	423
1.088 – Cauções negociais	423
1.089 – Caução processual	423
1.090 – A ação de caução	423
1.091 – Objeto da caução	424
1.092 – Legitimação e competência	425
1.093 – Procedimento	425
1.094 – Cauções tipicamente cautelares	426
1.095 – Execução da sentença	426
1.096 – Caução às custas	427
1.097 – Reforço da caução	427
§ 169 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito	430
1.099 – Classificação	430
1.100 – Pressupostos	431

1.101 – Objeto	431
1.102 – Competência	431
1.103 – Procedimento	432
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais	433
§ 170 – Exibição	
1.105 – Conceito	435
1.106 – Ação de exibição	435
1.107 – Classificação	436
1.108 – Exibição incidental	437
1.109 – Ação cautelar exhibitória	437
1.110 – Exibição de coisas móveis	438
1.111 – Exibição de documentos	438
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial	438
1.113 – Procedimento da ação exhibitória contra parte	439
1.114 – Procedimento da ação exhibitória contra terceiro	442
1.115 – Eficácia da exibição	443
1.116 – Prevenção de competência	443
1.117 – Ação exhibitória e medida liminar	443
§ 171 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova	446
1.119 – Ação cautelar antecipatória	446
1.120 – Cabimento	447
1.121 – Oportunidade	448
1.122 – Objeto da antecipação de prova	449
1.123 – Competência	449
1.124 – Procedimento	449
1.125 – Sentença	450
1.126 – Valoração da prova antecipada	450
1.127 – Eficácia	450
1.128 – Medida “inaudita altera parte”	451
1.129 – Despesas processuais	451
1.130 – Destino dos autos	451
§ 172 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos	453
1.132 – Alimentos provisionais	453
1.133 – Cabimento e oportunidade	454
1.134 – Legitimação	455
1.135 – Competência	455
1.136 – Procedimento	456
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais	457
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais	457
1.139 – Outras ações de cunho alimentar	458
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos	458
1.141 – Execução	459
§ 173 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito	461
1.143 – Pressupostos	461
1.144 – Objetivo da medida	462
1.145 – Legitimação	462
1.146 – Procedimento	463
1.147 – O contraditório	464

1.148 – Sentença	464
1.149 – Eficácia.	464
§ 174 – Justificação	
1.150 – Conceito	466
1.151 – Natureza jurídica	466
1.152 – Objetivo	467
1.153 – Competência	467
1.154 – Procedimento	467
1.155 – Julgamento da justificação	468
§ 175 – Protestos, Notificações e Interpelações	
1.156 – Conceito	471
1.157 – Protesto.	471
1.158 – Notificação.	472
1.159 – Interpelação	472
1.160 – Indeferimento do pedido	473
1.161 – Contraprotesto	474
1.162 – Procedimento	474
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos.	475
§ 176 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação	478
1.165 – Natureza jurídica da medida processual	479
1.166 – Procedimento	479
1.167 – Sentença	480
1.168 – Execução	480
§ 177 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito	483
1.170 – Natureza da ação	483
1.171 – Legitimação	484
1.172 – Procedimento	484
1.173 – Sentença	485
1.174 – Efeitos	486
§ 178 – Atentado	
1.175 – Conceito	488
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil.	488
1.177 – Cabimento	489
1.178 – Pressupostos do atentado	489
1.179 – Exame do casuismo legal	490
1.180 – Legitimidade	491
1.181 – Competência	491
1.182 – Procedimento	492
1.183 – Sentença	492
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo	493
1.185 – Perdas e danos	494
§ 179 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.186 – Protesto cambiário.	496
1.187 – Procedimento	497
1.188 – Registro do protesto	497
1.189 – Dúvidas do Oficial.	498

1.190 – Apreensão do título e prisão do devedor	498
§ 180 – Outras Medidas Provisionais	
1.191 – As medidas cautelares do art. 888 do CPC.	502
1.192 – Procedimento	502

Apêndice – ESTUDOS DO AUTOR SOBRE TEMAS DE PROCESSO DE EXECUÇÃO E PROCESSO CAUTELAR

I – Execução forçada. Obrigações de contratar. Compromisso de compra e venda. Adjudicação compulsória

1 – Execução específica das obrigações	507
2 – Compromisso de contratar	509
3 – O verdadeiro alcance da execução forçada das obrigações de contratar.	511
4 – A tentativa jurisprudencial de contornar a restrição à adjudicação compulsória criada pelo STF.	513
5 – Harmonia final entre a lei, a doutrina e a jurisprudência	516
6 – Conclusões.	518

II – Contrato de consórcio. Garantias e exeqüibilidade

1 – Direito e sanção	521
2 – Sanção penal e sanção civil	522
3 – Execução forçada	522
4 – Os requisitos da execução forçada	523
5 – Título executivo	523
6 – Título executivo extrajudicial	525
7 – A alienação fiduciária em garantia e a execução forçada	525
8 – O contrato de consórcio e a garantia de alienação fiduciária	526
9 – Exeqüibilidade do saldo devedor remanescente à venda do bem alienado fiduciariamente	529
10 – Execução do fiador do alienante fiduciário.	533
11 – Conclusões	534

III – Poder geral de cautela

1 – Processo e tempo	535
2 – Processo principal e processo cautelar	536
3 – Pressupostos das medidas cautelares.	537
4 – Conceito de medida cautelar	537
5 – Medidas típicas e medidas atípicas.	538
6 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica.	539
7 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	540
8 – O perigo de dano	540
9 – Formas e conteúdos das medidas atípicas	541
10 – Limitações do poder cautelar	542
11 – O procedimento da ação cautelar atípica	546
12 – Conclusão.	546

IV – Tutela Antecipada

1 – Intróito	549
------------------------	-----

2 – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e antecipação de tutela	551
3 – Justificação da tutela antecipada	552
4 – Conceito de tutela antecipada	553
5 – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais	555
6 – Casos de antecipação de tutela	556
7 – Extensão	557
8 – Pressupostos	558
9 – Outros pressupostos	559
10 – Momento ou oportunidade	559
11 – Provisoriedade	560
12 – Reversibilidade	561
13 – Pessoas jurídicas de direito público	562
14 – Tutela cautelar e tutela antecipada	562
15 – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada	564
16 – Conclusões	564
<i>Bibliografia</i>	567
<i>Índice Onomástico</i>	575
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	579
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	607